Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Regional Empresarial da Comarca de Novo Hamburgo

Rua Bayard Toledo Mércio, 66 - Bairro: Canudos - CEP: 93548011 - Fone: (51) 3553-5500 - Email: frnovohambvre@tjrs.jus.br

FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESÁRIAIS, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE Nº 5021995-66.2021.8.21.0008/RS

AUTOR: MASSA FALIDA DE NUTRINOX SUL COZINHAS PROFISSIONAIS LTDA

SENTENÇA

Vistos, etc.

Cuida-se do processo de FALÊNCIA da empresa **MASSA FALIDA DE NUTRINOX SUL COZINHAS PROFISSIONAIS LTDA**.

O pedido de falência foi **ajuizado em 1º/07/2002**, na Comarca de Canoas, tramitado por meio físico na 1ª Vara Cível daquela Comarca sob o nº 008/1.05.0001950-7, com base em título executivo extrajudicial inadimplido no importe originário de R$ 17.798,97, nos termos da legislação falimentar vigente à época, consubstanciada no Decreto-Lei nº 7.661/1945 (evento 3, PROCJUDIC1, pág. 2). O processo foi digitalizado e redistribuído ao sistema Eproc em 04/09/2021, passando a tramitar pelo presente.

Citada por edital, a devedora apresentou contestação na qual arguiu preliminares e invocou preceitos relativos à função social da empresa (evento 3, PROCJUDIC3, pág. 45), seguindo-se a réplica da parte credora.

Em **29/10/2003**, sobreveio **sentença que decretou a quebra** da demandada, fixando o termo legal da falência no nonagésimo dia anterior ao primeiro protesto, delimitado em 20 de julho de 2001, oportunidade em que foi nomeado como Síndico dativo o Dr. Ary Idelfonso de Carli (evento 3, PROCJUDIC4, págs. 41-46). Foi devidamente expedido e publicado o edital de decretação de falência previsto no artigo 16 do Decreto-Lei nº 7.661/1945 (evento 3, PROCJUDIC4, pág. 50).

O representante legal da falida, Sr. Marcelo Stachlewski, compareceu aos autos e prestou as declarações formais exigidas pelo artigo 34 do Decreto-Lei nº 7.661/1945, apontando as razões da insolvência da sociedade e assumindo o compromisso de entrega dos livros contábeis (evento 3, PROCJUDIC5, págs. 28-29). Contra a sentença de decretação da quebra foi interposto agravo de instrumento pela falida, ao qual foi negado provimento, confirmando-se integralmente o estado falimentar (evento 3, PROCJUDIC9, pág. 2 e evento 3, PROCJUDIC13, págs. 22-28).

No curso da instrução, o então Síndico apresentou o Relatório de Exposição aludido no artigo 103 do Decreto-Lei nº 7.661/1945, apontando a constatação de indícios da prática de condutas descritas nos artigos 186, inciso VI, e 188, inciso III, do mesmo diploma legal (evento 3, PROCJUDIC12, págs. 47-49). Diante disso, restou instaurado o respectivo Inquérito Judicial tombado sob o nº 008/1.06.0006633-7, o qual, após a devida tramitação, foi julgado extinto em face do reconhecimento da extinção da punibilidade dos administradores da empresa falida (evento 3, PROCJUDIC22, pág. 4 e evento 3, PROCJUDIC23, págs. 34-36). Não houve propositura de ação de responsabilização civil em desfavor dos sócios.

Em razão do falecimento do Síndico primitivo em 09/10/2011, foi nomeada em substituição, na data de 29/12/2011, a administradora Dra. Claudete Rosimara de Oliveira Figueiredo (evento 3, PROCJUDIC21, págs. 22-24).

Na sequência do encargo, a Síndica elaborou e fez publicar no Diário da Justiça Eletrônico a Relação de Credores a que alude o artigo 96, § 2º, do Decreto-Lei nº 7.661/1945, disponibilizada em 08/02/2018 (evento 3, PROCJUDIC29, pág. 10).

Em 15/01/2026, foi declinada a competência para esta Vara Empresarial, quando ainda sequer citada a requerida. (evento 14, DESPADEC1).

Quanto aos bens que integravam o patrimônio da massa, procedeu-se à arrecadação de maquinários situados no antigo estabelecimento e de um veículo automotor, os quais foram alienados judicialmente em hasta pública, perfazendo o montante originário de R$ 26.282,00 depositado em conta vinculada ao juízo (evento 3,

PROCJUDIC11, págs. 8-14 e 19-24; evento 3, PROCJUDIC16, págs. 45-48).

Com a incidência de juros e atualização monetária nas contas judiciais ao longo do tempo, o saldo financeiro da massa falida atingiu a expressão de R$ 86.298,50 (evento 65, OFIC2 e evento 89, PET1).

Concomitantemente, a União Federal (Fazenda Nacional) ajuizou o Pedido de Restituição nº 5006095-19.2016.8.21.0008 (processo físico nº 008/1.16.0004917-1), cujo objeto envolvia a quantia de R$ 164.547,23. O pedido foi julgado procedente por sentença com trânsito em julgado ocorrido em 01/10/202.

Reconhecido o direito de preferência legal absoluto da restituição sobre os demais créditos concursais, na dicção do artigo 78, § 2º, do Decreto-Lei nº 7.661/1945, foi determinada e efetivada a destinação de todo o saldo financeiro remanescente da massa falida para a quitação parcial do débito restituível à Fazenda Nacional, expedindo-se os competentes alvarás eletrônicos com o posterior recolhimento das respectivas guias DARF.

Apresentada a prestação de contas pela Síndica no incidente próprio autuado sob o nº 5055452-50.2025.8.21.0008, as contas foram devidamente julgadas e homologadas, restando atestado o exaurimento absoluto do numerário e a inexistência de ativos a liquidar.

Por força do Ato nº 237/2025-CGJ, que determinou a reorganização e redistribuição dos feitos empresariais, os autos foram redistribuídos para esta Vara Regional Empresarial da Comarca de Novo Hamburgo (Evento 95).

Intimada para apresentar o balanço final da demanda, a Administradora Judicial acostou o Relatório Final previsto no artigo 131 do Decreto-Lei nº 7.661/1945 (evento 105, ANEXO2), noticiando a inexistência de outros bens arrecadáveis, a homologação das contas, o pagamento integral das despesas do processo e das custas, a destinação de todo o saldo remanescente em favor da restituição fazendária, bem como a constatação de um passivo consolidado não satisfeito no montante de R$ 2.959.553,41, distribuído entre créditos trabalhistas (R$ 200.374,37), fiscais (R$ 2.668.345,27) e quirografários (R$ 90.833,77).

Com vista dos autos, o Ministério Público exarou parecer conclusivo opinando pelo encerramento da falência, com a ressalva da subsistência das obrigações da falida pelos saldos não adimplidos (evento 111, PROMOÇÃO1).

Vieram os autos conclusos.

É O BREVE RELATÓRIO.

DECIDO.

Trata-se de processo falimentar de longa duração, no qual, após a realização do ativo, o produto arrecadado foi insuficiente para o pagamento de todos os credores.

Verifica-se que todo o acervo patrimonial arrecadado foi integralmente liquidado mediante alienação judicial em hasta pública, inexistindo quaisquer outros bens corpóreos ou incorpóreos passíveis de arrecadação ou monetização.

Outrossim, os valores obtidos com as vendas judiciais foram integralmente convertidos em depósitos bancários vinculados e utilizados para o custeio das despesas indispensáveis da massa e para o cumprimento da ordem jurisdicional exarada na ação de restituição ajuizada pela Fazenda Nacional.

O processo falimentar é feito complexo e oneroso, destinado a realocar celeremente os ativos da sociedade falida na economia e satisfazer seus credores com a venda destes. Sem ativos e sem multiplicidade de credores, o presente processo não tem qualquer utilidade social, merecendo encerramento.

Desta forma, o encerramento da falência se impõe, efetivamente, devendo, subsistindo as responsabilidades da falida e devedores solidários, pelo prazo de cinco (5) anos, eis que o produto arrecadado da Massa não foi suficiente para satisfação da integralidade de seu passivo, na forma da Lei Falimentar da época da quebra.

Ante o exposto, **DECLARO ENCERRADA A FALÊNCIA** de **MASSA FALIDA DE NUTRINOX SUL COZINHAS PROFISSIONAIS LTDA** . (CNPJ nº 02.848.861/0001-50), na forma do artigo 132, *caput*, do Decreto-Lei 7.661/45, subsistindo, outrossim, as responsabilidades da Falida, dos Sócios e Devedores solidários, pelo prazo de 5 (cinco) anos, na forma do artigo 135, inciso III, da mesma Lei supra.

Publique-se o edital de que trata o artigo 132, §2º, do Diploma Legal supracitado.

Transitada em julgado, encaminhem-se à Distribuição e Varas Cíveis desta Comarca, da Direção do

Foro da Comarca de Canoas, via *"e-mail"* setorial, comunicando o encerramento do processo, bem como, oficiem-se, ainda, à Junta Comercial do Estado, Receita Federal e Direção do Foro da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal.

Comunique-se, ainda, o encerramento do feito, mediante expedição de ofício eletrônico, aos juízos das Varas Federais de Porto Alegre/RS para os processos nº 5005699-09.2018.4.04.7112, 5005700-91.2018.4.04.7112, 5005702-61.2018.4.04.7112, 5005703-46.2018.4.04.7112, 5005704-31.2018.4.04.7112, 5005705-16.2018.4.04.7112, 5005707-83.2018.4.04.7112, 5005710-38.2018.4.04.7112, 5012823-77.2017.4.04.7112, 5012834-09.2017.4.04.7112, 5012840-16.2017.4.04.7112 5012842-83.2017.4.04.7112.

Com base na decisão supra, autorizo a baixa em todos os processos e incidentes apensados e/ou vinculados ao processo falimentar.

Publique-se; Registre-se; Intimem-se; inclusive, o Ministério Público, os interessados cadastrados nos autos, assim como as Fazendas Públicas da União, do Estado do Rio Grande do Sul e do Município de Sapiranga/RS.

Oportunamente, com o trânsito em julgado e cumpridas as determinações supra, baixe-se o feito no sistema E-proc.

Diligências legais.

Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE KOSBY BOEIRA, Juiz de Direito**, em 15/10/2026, às 12:18:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10115318660v22** e o código CRC **bbf4fdfc**.
